

# Cabo Verde ou da Necessidade de uma Nova Parceria

Paulo Lopes Lourenço

*Diplomata*

## Resumo

Cabo Verde vive um período único de estabilidade: é um caso exemplar de boa governança. A segurança da Europa passa por uma análise descomplexada do fervilhado de ilícitos a Sul (tráfico de droga; armas de destruição maciça; imigração ilegal, terrorismo). Quer isto dizer duas coisas: (1) a Europa precisa de parceiros resolutos; (2) qualquer solução de paz para África, implica o empenho de países como Cabo Verde na fiscalização das suas Zonas Económicas Exclusivas.

África readquiriu centralidade numa nova balança de poder. Existem novas dinâmicas de segurança das quais são exemplo organizações regionais como a União Africana; recentemente, a NATO realizou ali o seu principal Exercício (LIVEX). Existe também uma intensificação das relações com a UE que pode encontrar em Cabo Verde um parceiro em condições de corresponder aos desafios geoestratégicos e um elo decisivo numa nova parceria de segurança para o Atlântico e a África Ocidental.

## Abstract

### **Cape Verde or the Need for a New Partnership**

*Cape Verde is going through an exceptional period of stability: it is a role model of good governance. Europe's security is somehow related with a serious analysis of the numberless illicit acts occurring in the South (drug trafficking; weapons of mass destruction, illegal migration and terrorism), with two consequences: (1) Europe needs determined partners; (2) any peace solution for Africa depends on the will of countries like Cape Verde to control their Exclusive Economic Zone borders.*

*Africa regained centrality in a new balance of power: there are new security dynamics namely in regional organizations like the African Union; recently, NATO performed there its most important exercise (LIVEX); the relations between Africa and the European Union are deepening. The EU can find in Cape Verde both a partner able to respond to the geo-strategic challenges ahead and an important link for a new security partnership on the Atlantic and Western Africa area.*

Um dos dramas de um longo relacionamento é que tudo parece adquirido. Aquilo que parece resultar candidamente de uma relação forte é muitas vezes apatia e entrave ao crescimento dessa mesma relação. No relacionamento de Portugal com países africanos de língua portuguesa, parece recomendável por isso testar criticamente os limites da sua qualidade e da sua ambição.

Com as mudanças operadas no ambiente internacional nos últimos anos, esse exercício poderá ser duplamente revelador no que respeita a Cabo Verde. A verdade é que, com alguma naturalidade, começámos a debater se o futuro de Cabo Verde não poderia passar por alguma fórmula de associação mais aprofundada com a UE, ou até de uma aproximação da ou à NATO. Tal não deverá ser por acaso.

Cabo Verde vive um período dinâmico e florescente do ponto de vista da sua estabilidade política e económica. É um exemplo abundantemente invocado para o resto de África em termos de *good governance*, transparência na gestão pública e na economia da sua ajuda ao desenvolvimento. Recorde-se ainda que se trata de um país com quem Portugal mantém uma sólida cooperação técnico-militar, de resto caracterizada por enorme sentido de rigor no seu cumprimento.

Cabo Verde está ainda munido de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo, bem definida, respaldada num largo consenso nacional, e que tem sabido demonstrar, apesar da insuficiência com que a Natureza o dotou de recursos, ser um arquipélago de gente capaz, diligente, informada, educada e determinada.

É por isso, apenas aparentemente, curioso que o horizonte de aproximação à UE e à NATO apareçam com maior frequência no vocabulário público deste e sobre este país.

É preciso notar, por outro lado, que a segurança da Europa passa cada vez mais por uma análise descomplexada das ameaças, da instabilidade, das causas perenes do terrorismo e do tráfico ilegal. A Europa sabe hoje que não pode ignorar as causas de insegurança que ela crescentemente consegue situar em África e no Atlântico Sul.

“Sem segurança, não há desenvolvimento e sem desenvolvimento não há paz nem segurança”. Parece evidente, mas a base da política de envolvimento da Europa em África tem ignorado este axioma do SGNU. O *mea culpa* deve em parte também ser feito por nós.

Agora que a UE parece convencida dos méritos de uma abordagem mais integrada das suas políticas na acção externa, na defesa e na cooperação e desenvolvimento, sucede que também Cabo Verde está em condições de corresponder aos desafios que, na ordem regional e internacional, o interpelam cada vez mais no espaço que, do ponto de vista geoestratégico e geoeconómico, naturalmente lhe cabe.

O continente africano, por sua vez, também está a mudar. Existem novas variáveis no desenho de segurança das organizações regionais - nomeadamente da UA - que vivem um pronunciado processo de autoresponsabilização. E as novas iniciativas para África, do NEPAD aos progressos no G8 (incluindo o possível perdão da dívida), passando pela emergência de novos actores e novas estratégias de cooperação, indiciam um interesse e uma consciência redobrados na importância do futuro daquele continente.

Darfur no Sudão é neste contexto um exemplo paradigmático e, num certo sentido, um precedente: eis que a NATO e a UE foram convidadas para participar num esforço colectivo de segurança regional, regionalmente conduzida, ainda que sem disporem de tropas no terreno ou sequer controlo operacional. Para quê? Para capacitar a UA com os meios de planeamento, transporte e logística necessários. Ainda que a missão possa vir a transitar para a ONU, e ainda que erros lhe possam ser imputados, a dinâmica é indesmentível e as dificuldades no seu processo de decisão seriam sempre, de certa forma, inevitáveis.

Entretanto, convém destacar aquilo que, com contornos mais e mais nítidos, parece ser uma disposição de factores que tornam o arquipélago de Cabo Verde não só numa plataforma incontornável na segurança do Atlântico e da África Ocidental, mas um elemento potencialmente estruturante no desenvolvimento de uma nova dimensão de segurança e estabilidade no relacionamento Norte-Sul e Sul-Sul:

- Sul-Sul, no sentido em que, no fim da Guerra Fria, um novo ambiente de segurança e a emergência de novos actores de dimensão regional e super-regional acrescentaram definitivamente um novo eixo de relações comerciais e políticas ao mapa mundo, unindo a África à América Latina e à Ásia.
- no caso de Cabo Verde, é fácil verificar ainda, por outro lado, que a sua ainda relativa centralidade no cruzamento das dimensões horizontal e Norte-Sul lhe confere novas propriedades. Tal como Portugal já foi por umas razões, e agora é, por outras, um país com uma inequívoca geografia estratégica na Aliança Atlântica, Cabo Verde reproduz, num novo contexto internacional, uma nova valência em termos de segurança e, dessa forma, uma nova ambição.

Creio que o reconhecimento destas mais-valias está lentamente a fazer o seu caminho.

Não só a NATO anunciou já que o seu principal Exercício LIVEX em Junho deste ano teria lugar naquele país, como se vai instalando já hoje no debate público, desde

logo em Portugal, uma reflexão descomprometida sobre os patamares da sua relação com a UE e as possibilidades ali ainda em aberto.

Por outro lado, basta ver a evolução dos índices de desenvolvimento humano das NU e a sua elegibilidade para a *Millenium Account* para atestar como, na óptica de preparação, nos níveis de educação e receptividade, nos critérios de bom governo, transparência e racionalidade na gestão, mas também na óptica estratégica de longo prazo – se trata de um caso individualizável em África que tem ainda a particularidade de se situar numa zona de fronteira com a Europa e o Mediterrâneo.

Se esta leitura é inevitavelmente condicionada pelo prisma da segurança internacional, será talvez de lembrar que não é possível hoje falar-se de estabilidade nas relações económicas, nos mercados financeiros ou nas políticas bilaterais sem um subtexto de segurança, que é afinal o tecido mesmo do próprio desenvolvimento. Não é possível falar-se de soluções políticas e económicas de desenvolvimento sem uma definição para a variável da estabilidade e da segurança nas relações intra e inter-regionais.

Vivemos num novo ambiente de segurança no qual é preciso pensar-se não só em termos macroeconómicos, mas também na macroestabilidade e na macrosegurança, do mesmo modo que não é possível hoje falar-se de defesa sem segurança e vice-versa. São faces de uma mesma moeda, com consequências directas no modo como nos organizamos e como organizamos a política de defesa ou a política de segurança.

É por isso que as possibilidades de Cabo Verde se sugerem tão consistentes sob todas estas dimensões e também por isso parecem existir, neste momento, como nunca antes, condições privilegiadas para o desenvolvimento de uma renovada e mais ambiciosa parceria entre Portugal e aquele país irmão. Ambos os países terão a ganhar.

Portugal e Cabo Verde partilham a mesma língua, têm matrizes culturais afins e beneficiam de uma relação única com vários países na orla costeira do continente africano, até ao Golfo da Guiné, numa zona claramente identificada como alvo no mapa geopolítico e geoenergético, bem como com a África Austral, onde Angola é hoje indiscutivelmente uma potência regional. Há uma ligação natural, ainda, ao Brasil, que emerge gradualmente como uma potência a nível mundial.

O potencial de triangulações, quer a nível das trocas, quer a nível dos canais de diálogo sobre cooperação regional em matéria de segurança e de defesa, é imenso. Uma vez mais, afigura-se imperioso que as condições de segurança e a prospecção de soluções sustentadas para a segurança regional e internacional, entendida em termos latos, são

referenciais indispensáveis em qualquer avaliação, à semelhança do que as grandes empresas fazem, quando procuram estabilidade político-fiscal e segurança antes de decidirem investir no estrangeiro.

Por outro lado, essa mesma estabilidade e relativa proximidade de Cabo Verde tornam-no num parceiro chave num contexto económico crescentemente marcado pela deslocalização e o *outsourcing*. Tem recursos humanos bem preparados, a custos competitivos.

Habitúamo-nos a medir as distâncias dentro da Europa, mas aproveito para recordar que um voo para Cabo Verde demora mais ou menos o mesmo que um voo para Itália.

Alguns de vós poderão surpreender-se com esta ênfase em África, mas a verdade é que uma das consequências legíveis dos desenvolvimentos mais recentes em sede de segurança e defesa, é a de um renovado enfoque naquele continente. Desenha-se uma tendência clara no sentido do aparecimento de novos actores, cujo envolvimento sem precedentes parece sugerir um novo posicionamento e uma transferência para as relações Sul-Sul dos equilíbrios de poder e influência que marcaram a Guerra Fria, nomeadamente no hemisfério Norte.

Se olharmos para o mapa, verificaremos que África adquiriu, pelo fortalecimento relativo nos restantes continentes, uma curiosa centralidade, pelas boas e más razões, enquanto fiel de uma nova balança de poder, que entrelaça novos e activos interlocutores no continente asiático, africano e sul-americano, num contexto marcado por uma acelerada integração regional, ameaças assimétricas e uma capacidade de penetração e irradiação do fenómeno terrorista nas suas múltiplas variantes.

Portugal, por sua vez, que é um país europeu, não deixou nunca de ser, durante a sua história, um país Atlântico, marcado por um forte património de convívio com o Mediterrâneo e com África.

Se, no que a nós diz respeito, a integração europeia é hoje um dado adquirido, é importante compreender que talvez por essa mesma razão o país precise hoje de se fortalecer na sua projecção internacional, numa altura em que se convocam novos eixos e novas influências. Parte inevitável desta equação realiza-se, talvez mais do que nunca, na sua dimensão externa, na qual a combinação inteligente de esforços e ambições com Cabo Verde poderá ser mutuamente benéfica.

Dizia eu que sem segurança não pode haver desenvolvimento.

A Europa compreenderá certamente hoje que as causas de instabilidade no Sul não lhe podem ser indiferentes. Que o fervilhado de actividades ilícitas no Atlântico Sul,

do tráfego de droga às armas de destruição maciça, passando pela imigração ilegal e pelo terrorismo, propiciado pela fraca autoridade do Estado ou pela ineficácia ou simples inexistência de meios eficazes de prevenção e combate é uma realidade sem cujo reconhecimento a Europa não pode continuar.

Isso quer dizer, fundamentalmente, duas coisas: a) primeiro, que a Europa precisa de parceiros estáveis e resolutos na cooperação e no diálogo sobre segurança e defesa; b) segundo, que a Europa só poderá ter pretensões a apresentar soluções de paz e segurança para África se elas forem sólidas, claro, mas também realistas e duradouras. Qualquer solução de segurança para África não pode cingir-se à projecção de forças militares ou à ajuda ao desenvolvimento, sob pena de estarmos a adiar meramente o problema. A segurança em África diz respeito à segurança da Europa.

Nesse sentido, não vejo como os recursos e meios de combate à criminalidade ao dispor de um país como Cabo Verde, nomeadamente no que diz respeito à vigilância do seu espaço **aéreo e naval**, poderão passar despercebidos à Comissão Europeia ou ao interesse comunitário, com o estímulo acrescido da sua mais do que provável boa gestão e execução. Recordo, aliás, que às portas da Europa, CV tem uma extensa e exigente ZEE que importa fiscalizar.

De resto, é de assinalar que o Exercício NATO que há pouco mencionei não deixará de incidir sobre toda a panóplia de ameaças, militares e não militares, que ali se podem antecipar, em larga medida fruto do trabalho preparatório que ali tem sido feito em consulta estreita com as autoridades cabo-verdianas.

É por estar numa zona de transição, por oferecer condições ímpares de estabilidade e potencial económico que Cabo Verde é e deve ser um parceiro indispensável a Portugal e à Europa, em particular num contexto de marcada necessidade de textura para essa imensa comunidade atlântica que junta países de vários continentes.

Mas não um mero parceiro. É certo que, à vista desarmada, o caudal de investimentos que ali têm vindo a ser feitos é testemunho dessa parceria, mas não se consegue, em nota muito pessoal, e feitas todas estas contas, deixar de se ter a sensação que se pode ir muito mais longe, no que parece ser, insista-se, uma correlação única de interesses em comum, num novo ambiente de trabalho.

Esta combinação de interesses, alimentados pela amizade e pelo riquíssimo património de relações e cumplicidades entre ambos os países, poderá de forma decisiva, e pela primeira vez no pós Guerra Fria, convolar-se numa massa crítica de vantagens recíprocas, com contornos globais, da economia à segurança, passando pelo diálogo político e a cooperação militar, com alto valor acrescentado.

Num momento em que África parece ter recuperado a atenção dos agentes políticos, mas também económicos, financeiros, empresariais e até culturais, estão abertas as condições para a definição de uma nova plataforma de entendimento que estabeleça com maturidade as metas para uma nova parceria.

Dir-se-á que é uma aposta. Talvez se devesse dizer, na frieza das considerações anteriores, que se trata antes de uma necessidade.